

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESTRATÉGIAS DE BEM VIVER NA
RESEX MARINHA ARAÍ-PEROBA****SOCIOECONOMIC TRANSFORMATIONS AND BUEN VIVIR STRATEGIES IN THE
ARAÍ-PEROBA MARINE EXTRACTIVE RESERVE****LAS TRANSFORMACIONES SOCIOECONÓMICAS Y ESTRATEGIAS DE BUEN VIVIR
EN LA RESEX MARINA ARAÍ-PEROBA**

10.56238/revgeov16n5-251

Tatiana Rocha de Azevedo

Doutoranda em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares
Instituição: Instituto Federal do Pará (IFPA) - campus Castanhal
E-mail: tatiana.azevedo@ifpa.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5046-7368>

Roberta de Fátima Rodrigues Coelho

Professora Doutora

Instituição: Instituto Federal do Pará (IFPA) - campus Castanhal
Universidade Federal Rural da Amazônia
E-mail: roberta.coelho@ifpa.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-7893-0860>

RESUMO

Este estudo investiga as transformações socioeconômicas decorrentes da criação, ampliação e reativação da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba (2005-2024), explorando o impacto da cogestão territorial nos modos de vida das comunidades tradicionais. O trabalho combina análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados revelam três fases: a criação da RESEX em 2005, relacionada ao fortalecimento do acesso a políticas públicas; a ampliação territorial em 2014, marcada por conflitos internos e inatividade do Conselho Deliberativo; e a reativação do conselho em 2019, que trouxe inovações institucionais e renovação da governança participativa. A pesquisa destaca tanto as vulnerabilidades socioeconômicas persistentes quanto as estratégias locais de Bem Viver, baseadas na diversificação produtiva, valorização dos saberes tradicionais e solidariedade comunitária. Conclui-se que a efetividade da RESEX depende da integração entre conservação ambiental, inclusão social e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Reserva Extrativista. Território. Comunidades Tradicionais. Cogestão.

ABSTRACT

This study examines the socioeconomic transformations resulting from the creation, expansion, and reactivation of the Araí-Peroba Marine Extractive Reserve (2005-2024), focusing on the influence of territorial co-management on the livelihoods of traditional communities. The research combines documentary analysis, semi-structured interviews, and participant observation. Findings reveal three phases: the establishment of the RESEX in 2005, linked to enhanced access to public policies; territorial expansion



in 2014, marked by internal conflicts and inactivity of the Deliberative Council; and the council's reactivation in 2019, introducing institutional innovations and renewed participatory governance. The study highlights persistent socioeconomic vulnerabilities alongside local Buen Vivir strategies rooted in productive diversification, valorization of traditional knowledge, and community solidarity. It concludes that RESEX effectiveness depends on integrating environmental conservation, social inclusion, and socio-environmental justice.

Keywords: Extractive Reserve. Territories. Traditional Communities. Co-management.

RESUMEN

Este estudio analiza las transformaciones socioeconómicas derivadas de la creación, Este estudio investiga las transformaciones socioeconómicas derivadas de la creación, ampliación y reactivación de la Reserva Extractivista Marina Araí-Peroba (2005-2024), explorando el impacto de la cogestión territorial en los modos de vida de las comunidades tradicionales. El trabajo combina análisis documental, entrevistas semiestructuradas y observación participante. Los resultados revelan tres fases: la creación de la RESEX en 2005, relacionada con el fortalecimiento del acceso a políticas públicas; la ampliación territorial en 2014, marcada por conflictos internos e inactividad del Consejo Deliberativo; y la reactivación del consejo en 2019, que trajo innovaciones institucionales y renovación de la gobernanza participativa. La investigación destaca tanto las vulnerabilidades socioeconómicas persistentes como las estrategias locales de Buen Vivir, basadas en la diversificación productiva, valorización de los saberes tradicionales y solidaridad comunitaria. Se concluye que la efectividad de la RESEX depende de la integración entre conservación ambiental, inclusión social y justicia socioambiental.

Palabras clave: Reserva Extractivista. Territorios. Comunidades Tradicionales. Cogestión.



1 INTRODUÇÃO

As transformações socioeconômicas em territórios pesqueiros amazônicos constituem fenômenos multidimensionais que envolvem reconfigurações identitárias, organizacionais e territoriais das comunidades locais (LITTLE, 2006). Na última década, estudos têm evidenciado como a implementação de políticas territoriais específicas altera fundamentalmente as relações entre comunidades tradicionais, Estado e ambiente natural, especialmente no contexto das Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX Mar) no Pará (GONÇALVES; SZLAFSZTEIN, 2022).

O conceito de Bem Viver (*Buen Vivir*)¹, originário das cosmologias indígenas andinas e amazônicas (*Sumak Kawsay* e *Suma Qamaña*), tem sido ressignificado como paradigma alternativo ao desenvolvimento convencional. Acosta (2016) e Gudynas (2011) destacam sua dimensão biocêntrica e pós-extrativista, propondo sociedades que coloquem a vida e o ambiente no centro das preocupações. No contexto brasileiro, Alcântara e Sampaio (2017) ressaltam seu caráter decolonial e sua relevância para as lutas de povos indígenas e comunidades tradicionais. Para Santos (2007) contribui com a perspectiva da ecologia de saberes, valorizando conhecimentos não-científicos nas práticas cotidianas das populações marginalizadas.

A justiça socioambiental, por sua vez, assegura que nenhum grupo social suporte desproporcionalmente consequências negativas das decisões políticas relacionadas ao meio ambiente (ACSELRAD, 2002). No contexto amazônico urbano, esta perspectiva ganha ainda maior relevância diante das vulnerabilidades socioambientais agravadas pelas mudanças climáticas (SILVA, 2025).

A RESEX Marinha Araí-Peroba, localizada em Augusto Corrêa (nordeste do Pará), constitui caso emblemático desses dilemas. Criada em 2005 com 11.479,95 hectares beneficiando nove comunidades pesqueiras, foi ampliada em 2014 para 62.577 hectares, incorporando 30 novas comunidades. Esta expansão territorial gerou impactos diferenciados nos modos de vida das populações costeiras, demandando processos adaptativos complexos (TEISSERENC et al., 2016).

Apesar da crescente literatura sobre unidades de conservação de uso sustentável, ainda permanece uma lacuna, na compreensão integrada de como transformações institucionais em RESEX marinhas impactam indicadores socioeconômicos e como comunidades desenvolvem estratégias adaptativas baseadas em concepções alternativas de desenvolvimento.

Diante deste contexto, a presente pesquisa busca compreender as transformações socioeconômicas na RESEX Marinha Araí-Peroba, identificando os impactos da cogestão territorial junto aos modos de vida tradicionais e as estratégias desenvolvidas para o bem viver.

¹ Segundo análises de Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán e Domínguez (2014), existem três correntes principais de interpretação do Bem Viver: indígena-culturalista, pós-desenvolvimentista-ecologista e eco-socialista-estatista, cada uma conferindo ênfases distintas ao conceito.



2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou abordagem qualitativa com desenho de estudo de caso único, tendo a RESEX Marinha Araí-Peroba como unidade de análise. A escolha por esse formato se justifica pela singularidade histórico-territorial da ampliação da RESEX e pelos processos únicos de reorganização institucional observados, aspectos que demandaram análise em profundidade para compreensão adequada dos fenômenos de interesse teórico.

A coleta de dados ocorreu entre 2023 e 2025, combinando três estratégias complementares. Primeiro, o trabalho de campo se desenvolveu em cinco períodos intensivos de observação participante (THIOLLENT, 2011), incluindo presença em reuniões da AUREMAP, encontros de polos territoriais e atividades de gestão cotidiana.

Essa imersão permitiu acompanhar diretamente as dinâmicas organizacionais e os processos decisórios da unidade. Segundo, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com quinze interlocutores tais como lideranças comunitárias, pescadores e gestores locais selecionados através da técnica de bola de neve² (BIERNACKI; WALDORF, 1981). A seleção priorizou representantes de diferentes polos territoriais e pessoas com vivências em distintos períodos históricos da RESEX. Todas as falas foram identificadas por codinomes (Entrevistado 1, 2, 3...) para preservar o anonimato dos participantes. Terceiro, o levantamento documental reuniu atas de reuniões do Conselho Deliberativo, relatórios técnicos institucionais e estatutos da AUREMAP, documentos essenciais para reconstruir a trajetória das instâncias participativas desde a criação da unidade.

O tratamento dos dados seguiu dois caminhos paralelos. Os dados quantitativos passaram por estatística descritiva, com técnicas de agrupamento e análise de frequência para caracterizar o perfil socioeconômico das comunidades. Os dados qualitativos foram organizados segundo análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), processo que envolveu pré-análise, exploração sistemática do material e tratamento interpretativo dos resultados.

O material coletado foi agrupado em categorias analíticas a partir dos temas recorrentes nas falas dos moradores e lideranças sobre os modos de vida, transformações econômicas, saberes tradicionais, consentindo compreender como essas experiências se articulam no território. A principal inovação metodológica residiu na integração sistemática entre achados quantitativos e qualitativos, correlacionando mudanças institucionais com transformações nos indicadores de bem-estar em cada período histórico identificado.

Reconhece-se que a técnica de bola de neve pode ter privilegiado lideranças mais articuladas politicamente. Para mitigar esse viés, incluíram-se propositalmente representantes com trajetórias distintas na gestão da RESEX. A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE

² “A técnica de bola de neve ou *snowball sampling*, consiste em iniciar a amostragem a partir de alguns informantes-chave, que indicam outros participantes até atingir a saturação dos dados (BIERNACKI; WALDORF, 1981)”



nº 82433524.0.0000.5174, Parecer nº 7.072.806), contando ainda com anuênciia formal do Conselho Deliberativo da RESEX e autorização do SISBIO (nº 90402-2).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANTECEDENTES AO PROCESSO DE CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA RESEX

A mobilização que culminou na criação da Reserva Extrativista Marinha Araí-peroba teve origem na percepção do coletivo dos pescadores locais de que:

“à entrada do rio Araí estava sendo cercada por grandes redes trazidas por embarcações de outras regiões, provocando escassez de pescado e inviabilizando a reprodução das espécies” (Entrevistado 1).

Em resposta, os pescadores organizaram assembleias, denunciaram à colônia de pescadores e ao IBAMA e, diante da inércia institucional, mobilizaram-se diretamente. Um episódio emblemático foi protagonizado por mulheres pescadoras:

“Houve um grupo de mulheres que disseram, para os pescadores industriais: vocês não vão levar essas redes daqui! E a mulherada, tirou as redes deles, levou pra praça e queimou tudo” (Entrevistado 2).

A partir dessa mobilização, lideranças locais e servidores do IBAMA conduziram discussões comunitárias que culminaram no decreto de criação da RESEX Marinha Araí-Peroba em 20 de maio de 2005, juntamente com outras três reservas marinhas na região bragantina (Bragança, Maracanã e Viseu), conhecida popularmente pelo povo do maretório como as “Reservas Extrativistas Irmãs”.

O reconhecimento da fragilidade dos ecossistemas, evidenciado pela diminuição do volume pescado, redução do tamanho dos animais capturados e necessidade de ampliar o esforço diário dos pescadores, configurou um cenário de vulnerabilidade socioambiental. Estes fatores motivaram a criação da RESEX Mar Araí-Peroba como instrumento de proteção territorial e garantia de reprodução social das comunidades tradicionais.

A reativação do Conselho deliberativo em 2019 marcou um novo ciclo de participação social, com discussões sobre definição de beneficiários e renovação das representações. Essa memória de resistência permanece nas práticas atuais, refletindo-se nas estratégias contemporâneas de diversificação de renda, participação em conselhos e o protagonismo feminino na gestão da RESEX Mar Araí-Peroba.

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SABERES TRADICIONAIS

Os dados ressaltam que a educação ambiental desempenhou papel central na construção e manutenção da RESEX Mar Araí-Peroba. Desde a primeira assembleia em que o decreto de criação



foi apresentado, foi instituída a prática de abrir todas as reuniões com palestras sobre o conceito de reserva extrativista, compromissos de conservação e pagamento por serviços ambientais:

“Foi um processo de educação ambiental com a professora África ... em todas as nossas assembleias, logo depois da fala de abertura, vinham uma palestra de educação ambiental” (Entrevistado 3).

E nas ausências da docente a mesma delegava a membros da associação a condução das palestras, reforçando a formação de multiplicadores. Essa prática assegurou que a população compreendesse que os benefícios sociais, estavam condicionados à proteção dos manguezais. As entrevistas evidenciam que os educadores procuravam traduzir conceitos técnicos para a linguagem local, valorizando os saberes tradicionais.

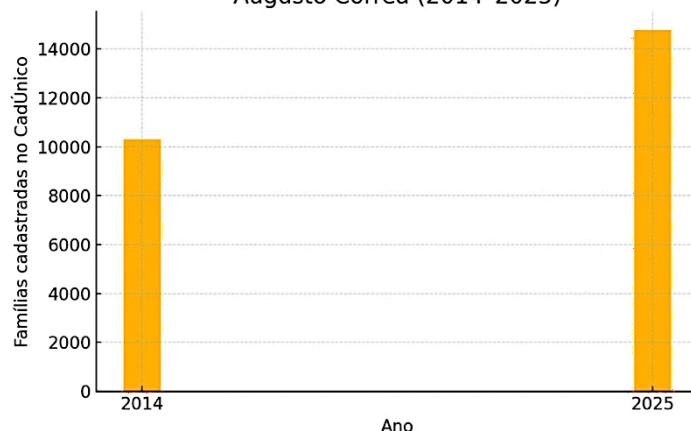
Além da atuação da docente, lideranças femininas da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), trouxeram ao Conselho Deliberativo da RESEX Mar Araí-Peroba, temas como a Marcha das Margaridas e a necessidade de oficinas para aprimorar o conhecimento dos moradores, ressaltando que o maior benefício da RESEX é a própria conservação da unidade.

3.3 VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E ESTRATÉGIAS DO BEM VIVER

A evolução dos dados do Cadastro Único evidencia que, entre 2014 e 2025, o número de famílias cadastradas no município de Augusto Corrêa aumentou de 10.310 para 14.785, um acréscimo de aproximadamente 43% (BRASIL, 2025), conforme Figura 1. Este crescimento revela não apenas ampliação dos mecanismos de inclusão social no município, como também confirma persistência das vulnerabilidades socioeconômicas locais.

Figura 1: Evolução do número de famílias cadastradas no CadÚnico em Augusto Corrêa (2014–2025)

Evolução do número de famílias cadastradas no CadÚnico
Augusto Corrêa (2014-2025)



Fonte: BRASIL, 2025.



Segundo o painel do CadÚnico, em julho de 2025, cerca de 70%³ das famílias cadastradas encontravam-se em situação de pobreza, reforçando a forte dependência das políticas públicas de transferência de renda e a importância da RESEX Araí-Peroba para a segurança alimentar das famílias tradicionais (BRASIL, 2025).

A trajetória dos indicadores evidencia que, embora tenha havido expansão do cadastro e maior presença das políticas públicas, as condições estruturais de pobreza e insegurança socioeconômica permanecem como desafio central. Neste cenário, a RESEX Mar Araí-Peroba destaca-se como “amortecedor social”, protegendo famílias da extrema vulnerabilidade, garantindo acesso a recursos naturais e contribuindo para a resiliência das comunidades locais.

3.4 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESTRATÉGIAS DE BEM VIVER NA RESEX Mar ARAÍ-PEROBA

Por transformações socioeconômicas entendem-se mudanças estruturais nos padrões de produção, distribuição de renda, organização social e valores culturais decorrentes de novas institucionalidades territoriais. Na RESEX Mar Araí-Peroba, tais mudanças incluem: transição de regime de acesso aberto à pesca para gestão compartilhada com regras claras; chegada de políticas sociais, que modificaram a economia doméstica e ampliação territorial que alterou composição social e a escala de gestão.

As estratégias de bem viver com a diversificação produtiva, fortalecimento associativo, educação ambiental e valorização dos saberes tradicionais emergem como respostas adaptativas. A forte vulnerabilidade socioeconômica evidenciada nos dados quantitativos do MPA (2024) com 75,3% dos pescadores apresentando baixa alfabetização, não impediu comunidades de desenvolverem estratégias:

“O povo pensa que a RESEX é só benefício, e que se não vier benefício, não se deve cuidar mais. Foi criada para preservar um pouco para as gerações que vêm, para a sustentabilidade e que as outras gerações vão precisar para o sustento” (Entrevistado 4)

Estas estratégias podem ser compreendidas como respostas adaptativas às restrições de renda e escolaridade, e como formas de conciliar a manutenção dos modos de vida com obrigações ambientais impostas pela RESEX. A interdependência entre vulnerabilidade e bem viver evidencia que a justiça socioambiental passa não apenas pela distribuição de benefícios, mas pelo reconhecimento das subjetividades e capacidades locais de gerir o território de forma sustentável marcada na fala do Entrevistado 5 *“Era um dinheiro que vinha todo mês, desde que a gente cuidasse da natureza”*.

³ O valor de 70% foi calculado a partir do número de famílias em situação de pobreza (10.375) dividido pelo total de famílias cadastradas (14.785), conforme dados do Cadastro Único para Programas Sociais. Fonte: Ministério da Cidadania (BRASIL, 2025).



3.4.1 Primeira fase: consolidação fundacional (2005-2014)

A criação da RESEX Marinha Araí-Peroba em 2005 materializou processo histórico de mobilização social com raízes nos conflitos crescentes por recursos pesqueiros. Como observado por Diegues (2008), as RESEX emergem historicamente como resposta territorial organizada às ameaças externas sobre domínios tradicionais de pesca.

Durante este período, a RESEX desenvolveu instrumentos participativos que se tornaram espinha dorsal de sua governança territorial. O sistema de polos territoriais, organizado inicialmente em seis unidades representativas, funcionava como mecanismo de mediação entre especificidades comunitárias locais e demandas de representação na escala da unidade de conservação.

Simultaneamente, a AUREMAP consolidou-se como âncora organizacional fundamental. O Conselho Deliberativo operou de forma regular, funcionando como instância máxima de deliberação. A paridade entre representantes da sociedade civil e poder público garantia que decisões refletissem tanto demandas comunitárias quanto exigências técnicas e legais.

A correlação entre fortalecimento institucional e melhoria dos indicadores socioeconômicos tornou-se evidente. A introdução do Programa Bolsa Verde em 2011 exemplifica esta dinâmica:

"O Bolsa Verde ajudou muito. Era um dinheiro que vinha todo mês, desde que a gente cuidasse da natureza. Isso mostrou que dava para ganhar dinheiro conservando" (Entrevistado 6).

Este período caracterizou-se também pelo fortalecimento do maretório⁴ como prática cultural e instrumento de manejo sustentável. As comunidades tradicionais utilizavam conhecimentos acumulados sobre ciclos das marés para planejar pesca e coleta de recursos, evitando sobre exploração e contribuindo para serviços ecossistêmicos essenciais (SOUZA LIMA et al., 2024).

3.4.2 Segunda fase: ampliação territorial e crise institucional (2014-2019)

A ampliação da RESEX Araí-Peroba, oficializada pelo Decreto de 10 de outubro de 2014, representou muito mais do que simples aumento quantitativo de área protegida. A incorporação de aproximadamente 50.000 hectares adicionais e inclusão de 30 novas comunidades alteraram fundamentalmente natureza qualitativa dos desafios de gestão.

Como relata um dos gestores no trecho de fala do Entrevistado 7 *"Logo em seguida que foi criada a reserva, eu acho que menos de um mês depois já começou a luta... a luta para ampliação"*, evidenciando que esta expansão resultou de processo estratégico de mobilização iniciado imediatamente após criação da reserva em 2005.

⁴ O maretório representa tanto "apropriação construída mediante práticas culturais, ecológicas, econômicas, rituais" (PIMENTEL, 2019) quanto os territórios onde "populações vivem sob influência direta dos regimes de marés, ciclos lunares e dinâmica costeira" (NASCIMENTO, 2021) constituindo-se como conceito fundamental para compreender a territorialidade das comunidades pesqueiras.

A motivação estratégica fundamentava-se em percepção ecossistêmica sobre sustentabilidade ambiental regional. Gestores locais compreendiam que proteção efetiva dos recursos pesqueiros dependia de abordagem territorial integrada que considerasse ecossistemas costeiros de forma holística.

No entanto, a ampliação criou desafios organizacionais inesperados. A incorporação de comunidades com diferentes histórias organizacionais, práticas produtivas e expectativas sobre benefícios da conservação diversificou significativamente perfil socioeconômico dos beneficiários, introduzindo novas tensões relacionadas à representatividade, equidade e governança participativa.

A ampliação territorial gerou paradoxo institucional: no momento em que a RESEX Mar Araí-Peroba mais necessitava de instrumentos participativos efetivos, o Conselho Deliberativo entrou em período de inatividade que se estendeu por cinco anos. Esta descontinuidade comprometeu gravemente legitimidade dos processos decisórios e concentrou poder nas instâncias técnicas.

A inatividade do Conselho foi ocasionada por divergências complexas quanto à representação das novas comunidades e dificuldades na adaptação dos instrumentos de gestão à realidade territorial ampliada. As estruturas organizacionais existentes, desenhadas para atender nove comunidades, revelaram-se inadequadas para incorporar 30 novas comunidades com características distintas.

Esta situação gerou percepção generalizada de abandono por parte do poder público, *"Foram anos difíceis. O conselho parou e ninguém sabia o que fazer. Parecia que a reserva tinha sido esquecida"* Entrevistado 8.

Mediante a este período crítico, decisões sobre gestão da unidade ficaram concentradas na estrutura técnica do ICMBio e diretoria da AUREMAP, reduzindo significativamente espaços de participação comunitária e fragilizando mecanismos de controle social.

Durante reunião crucial de renovação do Conselho Deliberativo em 2019, emergiram questionamentos diretos sobre situação institucional da AUREMAP. A ata registra que um jovem representante questionou:

"se é verdade que a Associação está com problemas de regularização de seu CNPJ, pois ouviu boatos de dívidas da Associação" (Ata da Reunião Conselho Deliberativo, 2019).

Apesar da crise institucional, comunidades desenvolveram estratégias criativas de resistência que transcendiam mecanismos formais de gestão. Durante os cinco anos de inatividade do Conselho, lideranças comunitárias mobilizaram recursos organizacionais informais para manter coesão social e preservar conquistas alcançadas. A manutenção das atividades da AUREMAP funcionou como âncora organizacional, enquanto comunidades preservaram práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais.



3.4.3 Terceira fase: refundação institucional (2019-2024)

A reunião de 06 de dezembro de 2019 marcou momento histórico de refundação dos mecanismos de gestão da RESEX Araí-Peroba. Esta data representa não apenas reativação formal do Conselho Deliberativo, mas emergência de modelo renovado de governança participativa que incorporou lições aprendidas durante período de crise.

A principal inovação implementada foi reestruturação completa do sistema de polos territoriais, que evoluiu de seis para oito unidades representativas. Este processo utilizou metodologia participativa cuidadosamente adaptada às condições locais, conforme registrado na ata:

"foi aplicado o Diagrama de Venn, adaptado para a discussão local, visto que já havia instituições que compunham o antigo conselho" (Ata da Reunião Conselho Deliberativo, 2019).

A nova configuração territorial resultou na criação de oito polos: Urumajó (cinco comunidades), Zé Castor (sete comunidades), Aturiaí (seis comunidades), Patal (cinco comunidades), Nova Olinda (sete comunidades), Ipixuna-Cedro (três comunidades), Cachoeira (três comunidades) e Itapixuna (Três comunidades).

Esta reorganização não seguiu apenas critérios quantitativos de distribuição equitativa, mas incorporou considerações multidimensionais sobre: proximidade geográfica e conectividade fluvial; afinidades culturais e vínculos de parentesco; dinâmicas econômicas complementares; equilíbrio representativo democrático; e identidades territoriais consolidadas.

Uma das inovações mais significativas foi flexibilização radical dos mecanismos tradicionais de representação institucional. Como registrado na ata oficial:

"agora a representação é por setor e não mais por instituição e que instituições do mesmo setor podem ocupar a mesma cadeira se revezando como titular e suplente" (Ata da Reunião Conselho Deliberativo, 2019).

Esta mudança representa resposta direta a limitações práticas identificadas no funcionamento anterior, permitindo flexibilidade operacional e potencialmente maior continuidade na participação, sem comprometer princípio fundamental da paridade entre sociedade civil e poder público (OSTROM, 2005).

O novo arranjo institucional também incorporou mecanismos sistemáticos de avaliação e revisão periódica. A ata registra também que *"o Conselho pode ser modificado após dois anos"*, estabelecendo cronograma regular para avaliação crítica da composição e funcionamento dos mecanismos de representação.



As correlações entre inovação institucional e bem viver revelam aspectos promissores da fase atual. A flexibilização da representação permitiu maior participação comunitária, correlacionando-se com melhor acesso a políticas públicas e fortalecimento das estratégias de bem viver.

As estratégias de bem viver contemporâneas transcendem métricas puramente econômicas, incorporando: valorização dos saberes tradicionais como patrimônio comunitário; gestão coletiva dos recursos baseada em reciprocidade; busca por autonomia territorial face a pressões externas; e desenvolvimento de alternativas econômicas baseadas na identidade territorial.

As comunidades desenvolveram estratégias sofisticadas de diversificação produtiva que constituem verdadeiras inovações no conceito de bem viver. Estas estratégias correlacionam-se positivamente com indicadores de segurança alimentar e resiliência econômica, incluindo: integração de sistemas produtivos (pesca artesanal, agricultura de subsistência, extrativismo); calendário produtivo integrado aproveitando diferentes recursos ao longo do ano; beneficiamento comunitário agregando valor através de técnicas tradicionais; e economia solidária desenvolvendo sistemas de troca que reduzem dependência monetária.

O fortalecimento das capacidades organizacionais emerge como estratégia central de bem viver. Comunidades com maior participação em instâncias de gestão apresentam melhores indicadores não apenas de renda, mas também de coesão social, segurança alimentar e preservação cultural.

A valorização dos conhecimentos tradicionais constitui uma das estratégias mais sofisticadas de bem viver identificadas, funcionando simultaneamente como mecanismo de preservação cultural, ferramenta de gestão ambiental e fonte de identidade territorial. Esta estratégia manifesta-se através de: sistematização de conhecimentos ecológicos locais; programas de educação comunitária para transmissão de saberes entre gerações; integração com pesquisa científica através de colaboração com universidades; e desenvolvimento de produtos com identidade territorial baseados em práticas tradicionais.

A experiência vivenciada pela RESEX Marinha Araí-Peroba oferece reflexões que transcendem âmbito local, contribuindo para avanço teórico da literatura sobre gestão participativa de recursos naturais. O caso evidencia o que Gunderson e Holling (2002) conceituaram como "panarquia" a capacidade intrínseca que sistemas complexos possuem de se reorganizarem dinamicamente em múltiplas escalas.

Um dos principais aportes teóricos é o conceito de "refundação institucional", que oferece contribuição original para literatura sobre mudança institucional em commons marinhos. Diferentemente dos processos incrementais de reforma institucional, a experiência de Araí-Peroba demonstra que arranjos participativos podem passar por descontinuidades radicais e emergirem fortalecidos através de processos coletivos de aprendizagem social.



A inovação empírica dos "arranjos intermediários" representados pelos polos territoriais contribui para teoria da representação democrática em contextos de alta diversidade social e territorial. O sistema de polos funciona como mediador institucional entre escala comunitária (muito específica) e escala da unidade de conservação (muito abrangente), oferecendo solução criativa para problema estrutural da representatividade em contextos de ampliação territorial.

4 CONCLUSÕES

A análise das transformações socioeconômicas na RESEX Marinha Araí-Peroba revela achados significativos com implicações teóricas e práticas para gestão participativa de recursos naturais. A pesquisa demonstra empiricamente que efetividade das RESEX não pode ser avaliada exclusivamente através de indicadores convencionais de desenvolvimento, como renda monetária ou escolaridade formal.

Comunidades com altos indicadores de vulnerabilidade educacional (75,3% com baixa alfabetização segundo MPA, 2024) desenvolveram estratégias sofisticadas de bem viver baseadas em segurança alimentar, reciprocidade comunitária, sustentabilidade ambiental e relações diretas de dependência com a RESEX Mar Araí-Peroba.

O conceito de "refundação institucional" que emerge desta análise oferece contribuição teórica original para compreender como sistemas de governança comunitária podem atravessar períodos de descontinuidade radical e emergir fortalecidos. A experiência demonstra que resiliência institucional deriva não apenas do desenho formal dos arranjos participativos, mas fundamentalmente da capacidade coletiva de mobilização de memórias institucionais e identidades territoriais consolidadas.

Os períodos de maior participação comunitária na gestão correlacionam-se positivamente com melhor acesso a políticas públicas e indicadores de coesão social, mesmo quando impactos na renda monetária são limitados. As inovações institucionais desenvolvidas em Araí-Peroba, particularmente o sistema de polos territoriais e flexibilização da representação, oferecem modelos replicáveis para outras unidades de conservação que enfrentam desafios de ampliação territorial e complexificação social.

As estratégias de bem viver identificadas transcendem dicotomia entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, oferecendo alternativas concretas baseadas na valorização de saberes tradicionais, diversificação produtiva sustentável e fortalecimento da governança participativa. A efetividade da RESEX Mar Araí-Peroba depende da integração entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, demandando políticas públicas que reconheçam especificidades territoriais e promovam justiça socioambiental.

Esta integração não pode basear-se exclusivamente em métricas convencionais de desenvolvimento, sendo necessário incorporar indicadores de bem viver que refletem concepções e



aspirações das próprias comunidades tradicionais. As limitações desta pesquisa, particularmente relacionadas ao escopo temporal e geográfico restrito, indicam necessidades para investigações futuras que explorem replicabilidade dos achados em outros contextos e acompanhamento longitudinal das inovações institucionais identificadas.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo financiamento através do PDSE 2023/2024 (Código 001). Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPDRGEA/IFPA-Castanhal), pelo suporte institucional. Às comunidades da RESEX Marinha Araí-Peroba e à AUREMAP, pela colaboração. Ao ICMBio, pelo acesso aos dados institucionais.



REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Autonomia Literária, 2016. https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-7551_pt.html
- ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 5, p. 49-60, 2002.
- ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas.** Revista Rupturas, v. 7, n. 2, p. 1-31, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15359/ru.7-2.1>
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. **Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling.** *Sociological Methods & Research*, Beverly Hills, v.10, n. 2, p. 141-163, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único para Programas Sociais – painel interativo, dados municipais para Augusto Corrêa/PA.** Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cadunico/. Acesso em: 04 mai. 2025.
- CUBILLO-GUEVARA, A.; HIDALGO-CAPITÁN, A.; DOMÍNGUEZ, J. **El pensamiento sobre el Buen Vivir. Entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo.** Reforma y Democracia, n. 60, p. 27-58, 2014. DOI: https://doi.org/10.26754/ojs_ried/ijds.184
- DA SILVA PIMENTEL, M. A. **Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências.** AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política,/[S. l.], v. 1, n. 1, p. 191, 2019. DOI: 10.48075/amb.v1i1.22690. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22690> Acesso em: 1 set. 2025.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- GONÇALVES, C. S.; SZLAFSZTEIN, C. F. **Gestão em Unidades de Conservação: Consequências da Afetação da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba – Pará Brasil.** Revista Costas, v. 4, n. 2, p. 7-20, 2022. Disponível em: <https://rodrin.uca.es/handle/10498/29062>
- GUDYNAS, E. **Buen Vivir: today's tomorrow.** Development, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/dev.2011.86>
- GUNDERSON, L. H.; HOLLING, C. S. **Panarchy: understanding transformations in human and natural systems.** Washington: Island Press, 2002. Disponível em : <https://www.cabidigitallibrary.org/doi/full/10.5555/20063220475>
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Ata da X Reunião do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, realizada na comunidade do Ipixuna, Augusto Corrêa, PA, em 05 ago. 2010. Obtido via Lei de Acesso à Informação (LAI). Respondido em: 08 abr. 2025
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2006.
- MPA - MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira.** Brasília: MPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- NASCIMENTO, Josinaldo Reis do. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará.** 2021. 226f.



Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-20072022-165622>

OSTROM, E. **Understanding institutional diversity.** Princeton: Princeton University Press, 2005.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos estudos CEBRAP, n. 79, p. 71-94, 2007. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

SILVA, A. H. **Amazônia viva: caminhos para sustentabilidade e justiça socioambiental.** Revista Políticas Públicas e Cidades, v. 14, n. 6, p. 1-17, 2025.

SOUZA LIMA, P. V.; FRANÇA NASCIMENTO, J. S.; ARAOS LEIVA, F. J. **Maretório e os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos do litoral do Pará, Brasil.** Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 67-91, 2024.

TEISSERENC, M. J. S. A.; SANT'ANA JR., H. A.; ESTERCI, N. **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental.** São Luís: EDUFMA, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

